estabelecido pelo órgão ambiental responsável para a análise dos procedimentos de licenciamento ambiental. O procedimento de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade, usualmente denominadas: (i) Licença Prévia, que representa uma aprovação preliminar do projeto e de sua localização; (ii) Licença de Instalação, que autoriza o início da implantação do projeto, de acordo com as especificações constantes do processo aprovado; e (iii) Licença de Operação, que autoriza, após as verificações necessárias, o início da atividade e o funcionamento dos equipamentos de controle de poluição. Os atos de licenciamento são realizados pelo órgão ambiental competente, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 237/97. Aplicada-se, ainda, a Resolução CONAMA nº 273/00. Portanto, cada uma dessas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A construção, reforma, ampliação, instalação ou o funcionamento de empreendimentos e/ou atividades, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas ambientais legais e regulamentares pertinentes, consiste em crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$50 milhões (quarenta e cinco milhões de reais), conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos em desacordo com a licença ambiental, suspensão e interdição das atividades e revogação das licenças existentes, independentemente do dever de reparar os danos ambientais eventualmente causados. Saliente-se que as multas serão lavradas tendo como base a gravidade dos fatos, os antecedentes do infrator e a situação econômica do mesmo. As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais competentes para o licenciamento, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como as eventuais impossibilitades de atender às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, e mesmo impedir, a instalação e a operação dos empreendimentos e nossos postos de gasolina. De acordo com a lei brasileira, pessoas e empresas cuja conduta ou atividades causam prejuízos ao meio ambiente estão sujeitas a sanções penais e administrativas, bem como a quaisquer custos para reparar os danos e/ou resultados desses prejuízos. Aqueles que cometem um crime contra o meio ambiente estão sujeitos a penalidades e sanções que variam de multas a prisão

para pessoas naturais) ou suspensão ou interrupção de atividades ou proibição de celebrarem quaisquer contratos com órgãos governamentais por até dez anos (para pessoas jurídicas). Os órgãos de proteção ambiental do governo também podem impor sanções administrativas aos que não cumpriram as leis e regulamentos ambientais, incluindo, entre outros: • multas (de até R\$50 milhões); • suspensão parcial ou total de atividades; • obrigações de financiar obras de recuperação e projetos ambientais; • perda ou restrição de incentivos ou benefícios fiscais; • fechamento dos estabelecimentos ou empreendimentos; e • perda ou suspensão de participação em linhas de crédito com estabelecimentos de crédito oficiais. A lei civil impõe responsabilidade objetiva e solidária de reparar o dano causado, independentemente de culpa. Por exemplo, a contratação de terceiros para executar qualquer parte de nossas operações não nos isentaria como representados da responsabilidade por danos ambientais em potencial causados pelo contratado.

Acesso às Lojas da Rede Frango Assado em Rodovias
Possuímos 18 lojas da Rede Frango Assado localizadas em rodovias federais, estaduais e acessos municipais. O acesso em rodovias federais é formalizado por termo de compromisso e permissão de uso e outras vantagens pactuado entre a concessionária de serviços públicos e o proprietário do imóvel. Referido termo autoriza expressamente a utilização da faixa de domínio da rodovia para reforma e adequação do acesso conforme projeto aprovado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, que por sua vez nos termos do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, é detentora dos direitos e obrigações e os bens móveis e imóveis transferidos pelo Departamento de Estradas e Rodagem. O acesso em rodovias no Estado de São Paulo é regulado pelo Decreto nº 30.374, de 12 de setembro de 1989 e pela Portaria Estadual SUP/DIRE nº 78, de 23 de julho de 2001, que determinam a necessidade da autorização de acesso pela concessionária de serviços públicos e o órgão regulador é a ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo.

Concessões de Serviços de Alimentação em Aeroportos
A Constituição brasileira qualifica toda a atividade relacionada à aviação como uma questão estratégica para a Nação e, como consequência, o setor é regulado e

fiscalizado exclusivamente pelo Governo Federal (art. 21, "XII, c" da Constituição Federal), incluindo a atividade de voos, regulada pela ANAC, e a infraestrutura aeroportuária, regulados pela INFRAERO, ambas vinculadas ao Ministério da Defesa. Há 67 aeroportos públicos no Brasil, administrados pela INFRAERO. Esta empresa pública é responsável pela concessão de uso de áreas localizadas em aeroportos, para que empresas privadas sejam capazes de prestar serviços relacionados com o estacionamento de veículos de passageiros, restaurantes, lojas (de livros, cosméticos, perfumes e outros). Tais atividades são destinadas exclusivamente para fins privados, apesar de atender a um interesse público.

Contratos de Concessão de Uso de Área em Aeroportos
Sempre que a INFRAERO contrata entidades privadas, como as sociedades controladas pela Companhia, a INFRAERO concede (por meio de um contrato de concessão de uso de área) o direito de usar uma determinada área, por um período determinado (estipulado no edital de licitação) de acordo com a Portaria Normativa MD nº 935, de 26 de junho de 2009, que aprova o Regulamento de Licitações e Contratos da INFRAERO. O prazo desses contratos pode, excepcionalmente, ser prorrogado por igual período desde que atenda ao interesse público e comprovados investimentos feitos pela concessionária de uso do local, com autorização da INFRAERO, que ainda não tenham sido concluídos. O processo de licitação para o próximo contrato ainda não esteja terminado (nesse caso, permite-se a prorrogação da vigência contratual por um período determinado suficiente para a realização de novo procedimento licitatório). Conforme Parágrafo 5º do artigo 14 da mesma Portaria, as prorrogações dependerão de manutenção das condições de habilitação previstas na licitação de origem, o cumprimento das cláusulas contratuais e a regularidade fiscal do contratado. Cada área dentro dos aeroportos administrados pela INFRAERO é considerada propriedade do Governo Federal e, portanto, o uso por qualquer empresa privada em tais áreas deve respeitar um processo de licitação, em conformidade com as Leis nº 8.666 de 21 de dezembro de 1973, nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e artigo 40 da Lei nº 7.265 de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica). Assim, os contratos de concessão de uso e suas respectivas alterações devem sempre respeitar as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, decisões nº 17/95 e 1315 do Tribunal de Contas

da União e legislação aplicável. Contratos e alterações que não são fundamentados em um edital de licitação não são (em princípio) juridicamente válidos, a menos que o procedimento de licitação seja legalmente dispensado ou inexistir.

Prazo dos Contratos de Concessão de Uso de Área
Os contratos de concessão de uso devem seguir as disposições da Portaria Normativa MD nº 935, de 26/06/2009, o que significa que terão de ser limitados ao prazo máximo de 360 meses, conforme estabelecido pela lei (e estabelecidos no edital de licitação). A exceção a essa regra, que já explicado, deve ser devidamente justificada por um ato oficial da entidade pública, procedimento que será analisado pelo Tribunal de Contas da União. Os vultosos investimentos privados que geralmente são aceitos pelo TCU para justificar a renovação dos contratos além do seu respectivo prazo legal, no caso dos contratos da INFRAERO, são a construção de hangares de companhias aéreas, a construção de terminais de passageiros ou de qualquer outro investimento privado bastante significativo para justificar o direito da concessionária para permanecer usando a área além do prazo original (estipulado no edital de licitação e contrato de concessão) ou para justificar qualquer outra modificação das regras estabelecidas inicialmente (redução do pagamento mensal, por exemplo, ou permitindo a venda de outros produtos pela empresa ou mesmo aumentar a área da concessão de uso). Um contrato só pode ser renovado se for baseado em investimento formalmente autorizado pela INFRAERO, ou seja, um contrato de concessão de uso não pode ser renovado sob o aspecto da motivação dos investimentos privados realizados pela concessionária, sem a prévia e formal autorização da INFRAERO, o desde que fundamentado sempre no interesse público.

Agradecimentos
Finalmente, agradecemos a todos os que trabalharam e contribuíram para que a IMC atingisse seus objetivos. Em especial, agradecemos pelo empenho e dedicação de todos nossos colaboradores, acionistas, clientes e fornecedores.

São Paulo, 17 de Janeiro de 2011

International Meal Company Holdings S.A.
Gonzalo Cardoner Diretor de Relações com Investidores
Javier Gavilán Diretor Presidente - CEO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.218	84	-	139.971	39.971	43.060
Contas a receber	9	-	-	-	33.433	30.984	18.345
Estoques	10	-	-	-	18.246	14.933	8.487
Impostos a recuperar	11	410	-	-	5.233	9.370	3.570
Despesas antecipadas	12	90	-	-	3.133	2.091	4.571
Outros ativos e adiantamentos	-	-	-	-	4.559	4.798	1.060
Total do ativo circulante		16.718	84	-	204.575	103.155	71.309
Não Circulante							
Depósitos judiciais	5	-	-	-	2.639	1.344	534
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	2.522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	-	-	-	16.616	10.456	1.910
Outros ativos	25	-	-	-	8.650	3.824	-
Investimentos	12	498.011	331.286	162.731	-	-	-
Imobilizado	13	9	-	-	170.743	133.844	45.399
Agio	14	-	-	-	509.993	507.196	373.235
Outros intangíveis	15	-	-	-	202.992	207.581	29.476
Total do ativo não circulante		498.025	331.286	162.731	912.933	864.245	453.076

Total do Ativo

		514.743	331.370	162.731	1.115.508	967.400	524.385
--	--	----------------	----------------	----------------	------------------	----------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.783	(18.209)	(5.574)	7.783	(18.209)	(5.574)
Depreciação e amortização	-	-	-	56.735	16.968	35.476
Ajustes de equivalência patrimonial	(7.791)	8.628	5.574	-	-	-
Provisão para disputas trabalhistas, civis e tributárias	-	-	-	(14.926)	(14.984)	2.445
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	14.672	14.122	4.168
Juros sobre empréstimos	-	-	-	40.653	32.010	17.556
Baixa do ativo imobilizado, intangível	-	-	-	14.268	6.729	-
Outros	-	245	-	(1.844)	-	1.234
Total	(7)	(9.336)	-	117.431	38.636	55.305

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Contas a pagar	-	-	-	-	48.793	49.335	16.516
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	82.956	47.658	29.294
Salários e encargos sociais	-	-	-	-	26.791	25.790	10.469
Impostos a recolher	-	-	-	-	6.003	11.235	7.986
Outros passivos circulantes	18	-	-	-	2.400	3.475	6.196
Contas a pagar partes relacionadas	-	1.280	-	-	2.468	4.629	6.196
Total do passivo circulante	-	9.420	-	-	169.924	142.322	78.692
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	-	323.910	395.768	224.302
Receita diferida	18	-	-	-	3.900	4.756	1.164
Provisão para disputas trabalhistas, civis e tributárias	17	-	-	-	25.255	40.181	36.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	-	-	-	74.868	61.155	21.151
Outros passivos	-	-	-	-	2.908	1.268	-
Total do passivo não circulante	-	-	-	-	430.841	503.128	282.962
Patrimônio Líquido							
Capital social	20	434.922	337.688	173.540	434.922	337.688	173.540
Reserva de capital	-	100.482	14.327	-	100.482	14.327	-
Prejuízos acumulados	-	(21.145)	(29.018)	(10.809)	(21.145)	(29.018)	(10.809)
Outros resultados abrangentes	-	484	(1.047)	-	484	(1.047)	-
Total do patrimônio líquido	-	514.743	321.950	162.731	514.743	321.950	162.731
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		514.743	331.370	162.731	1.115.508	967.400	524.385

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Recargas	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	-	813.828	533.744	276.738
Outras receitas	-	-	-	18.832	5.701	5.651
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(33)	(464)	-
Total	-	-	-	832.627	538.981	282.389
Insumos Adquiridos de Terceiros						
Custo de vendas e serviços	-	-	-	(298.668)	(208.530)	(104.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	(32.755)	(21.571)	(10.850)
Perda no valor recuperável de ativos	-	-	-	(2.406)	-	-
Outros	-	-	-	(60.022)	(33.929)	-
Total	-	-	-	(393.851)	(264.030)	(115.722)
Valor Adicionado Bruto				438.776	274.951	166.667
Depreciação e Amortização				(1)	(56.735)	(35.476)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia				(1)	382.041	131.191
Valor Adicionado Recebido em Transferência						
Resultado de equivalência patrimonial na participação em controladas	7.791	(8.628)	(5.574)	-	-	-
Receitas financeiras	3.449	-	-	5.959	3.687	6.971
Total	11.240	(8.628)	(5.574)	5.959	3.687	6.971
Valor Adicionado Total a Distribuir	11.239	(8.628)	(5.574)	388.000	258.670	138.162
Distribuição do Valor Adicionado						
Salários e encargos	-	-	-	190.229	139.004	69.102
Honorários da Administração	-	-	-	12.525	8.059	5.296
Restaurante Arco Iris de Lorena Ltda. (Brasil)	-	-	-	202.754	147.063	74.938
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	78.789	57.174	36.226
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros	-	-	-	40.653	32.010	8.200
Aluguéis	-	-	-	55.085	33.693	12.812
Outras	1.835	10.628	-	2.846	8.986	12.100
Total	1.835	10.628	-	98.584	74.689	33.112
Remuneração de capitais próprios	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	9.404	(19.256)	(5.574)	7.873	(19.256)	(5.574)
Total	9.404	(19.256)	(5.574)	7.873	(19.256)	(5.574)
Valor Adicionado Distribuído	11.239	(8.628)	(5.574)	388.000	258.670	138.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Expressas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A International Meal Company Holdings S.A. ("Sociedade") e suas controladas (coletivamente o "Grupo") têm como objeto social a participação em entidades que atuam em shopping centers, rodovias e aeroportos no setor de varejo de refeições, através de restaurantes, bares e cafés, sublocação de lojas e espaço para fins promocionais e comerciais, postos de combustíveis, a prestação de serviços gerais relacionados a esses segmentos e serviços de bordo em aeronaves. A sede do Grupo está localizada em São Paulo, Brasil. A controladora é a International Meal Company Holdings S.A. ("Sociedade") com participação de 75,03%, e a Advent International Corporation, com participação de 76,38%. Em setembro e outubro de 2009 o Grupo procedeu a uma reestruturação societária que consistiu na consolidação da RA Catering Participações S.A. e subsidiárias ("RA Catering"), Airport Shoppes Corporation e subsidiárias ("IMC Puerto Rico") e investidoristas em Restaurantes de Carnes Y Cortes, S. de R.L. de C.V. e subsidiárias ("IMC México"), denominadas em conjunto "Entidades Incorporadas", em uma "holding", a Sociedade. Essa reestruturação compreendeu os saldos e a disposição das contas e a estrutura de propriedade de 2009, a Sociedade recebeu com contribuição de capital o valor de R\$8.636 em troca de 100,214.286 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas nessa data pelo Fundo de Investimento em Participações - Brasil de Varejo através da conferência à Sociedade de 100% da sua participação na Foulbe Holdings S.A. • Em 22 de outubro de 2009, a Sociedade recebeu uma contribuição de capital de R\$155.511. Esse valor foi subscrito da seguinte forma: (i) R\$10.883 foram subscritos pela Catering Business LLC, através da capitalização de empréstimos que essa entidade tinha a disposição em favor de US\$6.280; e (ii) R\$144.628 foram subscritos por outras entidades controladas pelo Grupo através da contribuição de 100% da participação detida na Mexico Premier Restaurants LLC, no valor de R\$117.294, e de 100% da participação detida na IMC Puerto Rico Ltd., no valor de R\$27.334.

2. Elaboração das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Nessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consolidadas e não consideram os IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 13 de janeiro de 2011. **2.1 Reimissão das demonstrações financeiras:** Em virtude do processo de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias da Sociedade solicitado perante a CVM, a Administração da Sociedade remitiu suas demonstrações financeiras a fim de incorporar, exclusivamente, em suas notas explicativas informações adicionais para atendimento às solicitações efetuadas pela CVM em seu Ofício CVM/SEPS/SEP nº 23/2011. As informações sobre os procedimentos adotados para a reimissão das demonstrações financeiras são as seguintes: (a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do principal ambiente econômico em que ela atua. A Sociedade define a moeda funcional de cada uma de suas controladas analisando qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte de seus custos operacionais e administrativos é paga ou incutida. A moeda funcional de cada controlada é determinada pelo país em que o Grupo atua, como segue:

País	Moeda funcional	Real - R\$
Brasil	Dólar norte-americano - US\$	-
Porto Rico	Peso mexicano - MX\$	-
México	Peso dominicano - DPs	-
República Dominicana	-	-

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda de apresentação do Grupo, e os ajustes de conversão estão reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em "Ajustes acumulados de conversão". **b.2) Transações e saldos:** O Grupo contabiliza as transações em moeda estrangeira pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as respectivas variações cambiais são registradas na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira, à medida que ocorrer. **b.3) Subsidiárias no exterior:** Os resultados das atividades e saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue. I. Os saldos ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. II. As contas de resultado são convertidas pela taxa média mensal de câmbio. III. Todos os ajustes de conversão cambial são reconhecidos na demonstração dos outros resultados abrangentes, na rubrica "Ajustes acumulados de conversão". **c) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras e saldos de todas as entidades que exercem um controle financeiro significativo sobre o Grupo, o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas definidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as sociedades do Grupo foram totalmente eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **d) Resultados das atividades e saldos em moeda estrangeira:** Os resultados das atividades e saldos em moeda estrangeira incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. As sociedades consolidadas são as seguintes:

Participação direta - %	31/12/2010		31/12/2009		31/12/2008	
	Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %
Mexico Premier Restaurants LLC (Diretor - EUA)	100,00	-	100,00	-	-	-
Investidoristas em Restaurantes de Carnes y Cortes, S. de R.L. de C.V. (México)	-	99,99	-	99,99	-	-

respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, dos custos da transação e de outros prêmios ou descontos) estimado ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. • **Contratos de garantia financeira:** O contrato de garantia financeira requer que o emissor faça pagamentos específicos para fins de reembolso de uma perda incorrida pelo titular devido à falha de um devedor específico em efetuar pagamentos quando vencerem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. **a) Ajuste a valor presente:** A Sociedade não pratica transações significativas de compras e de vendas com juros prefixados, e os prazos de pagamento e recebimento são de até 40 dias, portanto, efeitos de ajuste a valor presente nessas transações são considerados não relevantes. Os empréstimos e financiamentos contratados são atualizados com juros pelo método "pro rata temporis". Assim, a Administração entende que os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes. **t) Apresentação do lucro (prejuízo) por**

ação: Conforme CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 33. **u) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração preta e nem obrigatória conforme o IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a elaboração das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores adiantados de depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4. Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revisadas:** As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, não foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A Administração prevê que elas serão adotadas no período que se iniciará em 1º de janeiro de 2011. A Administração ainda não teve a oportunidade de avaliar o possível impacto da adoção dessas alterações.

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benefetórias e instalações em imóveis de terceiros	Computadores, veículos e outros	Obras e instalações em andamento	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2007	-	-	8.945	1.236	89	592	-	10.862
Aquisições por meio de aquisições de negócios	-	-	3.656	1.847	-	1.222	-	6.725
Adições	-	-	11.609	2.811	-	6.543	7.362	31.090
Depreciação	-	-	(90)	(44)	(33)	(1.248)	-	(1.415)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2008	-	-	11.559	(202)	(67)	(235)	-	10.862
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2008	-	-	22.761	5.648	6.532	3.096	-	45.399
Efeito das variações cambiais	-	126	82	6	310	13	(5)	532
Aquisição de empresas	2.156	11.464	13.030	3.433	42.232	7.336	-	80.784
Adições	-	-	11.362	2.202	-	3.164	-	6.352
Depreciação	-	-	(647)	(128)	(1.100)	(573)	-	(2.448)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009	-	-	11.222	2.202	5.432	3.164	-	22.040
Efeito das variações cambiais	-	-	(383)	(4.095)	(902)	(4.456)	-	(11.499)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009	2.156	11.081	42.112	10.259	54.127	11.373	-	133.844
Efeito das variações cambiais	-	220	138	9	534	21	(10)	912
Aquisições por meio de aquisições de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	13.381	6.586	16.005	7.652	29.271	72.895
Depreciação	(401)	(6.391)	(1.293)	(874)	(296)	(4.940)	-	(14.195)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2010	1.755	4.146	48.501	13.609	69.460	14.035	-	170.743

Prontuário ou interpretação	Descrição
Alterações no IAS 24 - Divulgação de Partes Relacionadas (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011)	Alterar a definição de parte relacionada e modificar certas exigências de divulgação de partes relacionadas para entidades governamentais.
Alterações no IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013)	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinado e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. Não há necessidade de representar os períodos anteriores caso a entidade adote a norma para exercícios iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.
Alterações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (no contexto das Melhorias do IFRS emitidas em 2010)	As alterações tornaram o nível exigido de divulgação sobre risco de crédito e garantias mantidas, reduzindo as divulgações anteriormente exigidas sobre empréstimos renegociados.
Alterações do IFRS 7 - Divulgações: Transferência de Ativos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Dá ênfase à interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados a instrumentos financeiros.
Alteração do IFRIC 14, IAS 19 - O Limite de um Ativo de Benefício Definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Retira as consequências não intencionais do tratamento de antecipações em que existe uma exigência de financiamento mínimo. Resulta em antecipações de contribuições sendo reconhecidas, em certas circunstâncias, como ativo e não como despesa.
Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação de "emissões de direitos" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010)	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou bônus de subscrição para ativos financeiros sejam classificados como instrumentos de capital desde que a entidade ofereça direitos, opções ou bônus de subscrição proporcionais a todos os detentores da mesma classe de instrumentos de capital não derivativos.
IAS 34, "Demonstrações financeiras intermediárias" (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011)	Fornecer orientações que ilustram como aplicar os princípios de divulgação da IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação sobre: (a) as circunstâncias que podem afetar o valor justo de instrumentos financeiros e sua classificação; (b) transferências de instrumentos financeiros entre diferentes níveis de hierarquias de valor justo; (c) mudanças na classificação de ativos financeiros; e (d) mudanças em passivos e ativos contingentes.
IAS 12, Imposto de Renda, "Recuperação de tributos diferidos dos ativos subjacentes" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012)	Prevê uma abordagem prática de mensuração de passivos e ativos fiscais diferidos quando o nível de investimento é avaliado pelo modelo de valor justo previsto no IAS 40 - Propriedade para Investimento. A Sociedade não espera que a sua adoção afete as suas demonstrações financeiras.
IAS 1, "Apresentação das demonstrações financeiras" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Esclarece que uma entidade deverá apresentar uma análise do outro resultado abrangente para cada componente do patrimônio líquido, seja na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou em notas explicativas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados aos IFRS novos e revisados apresentados acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. **5. Principais Estimativas e Julgamentos:** Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração do Grupo adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras: **a) Perda do valor recuperável dos ativos:** A cada encerramento de exercício social, o Grupo avalia se há indícios de que os ativos intangíveis e os saldos de imobilização possam ter sofrido perda de seu valor recuperável. Na existência de tais indícios, estima-se o valor recuperável do ativo, a fim de determinar a extensão da perda a ser aplicada. Quando não é possível avaliar o valor recuperável de um ativo individual, o Grupo estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. O valor utilizado nos cálculos exige que a Administração faça estimativas dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa e uma taxa de desconto adequada para calcular o valor presente. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto após impostos que reflete uma avaliação de mercado atual do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo, para o qual as estimativas de fluxos de caixa futuros não foram ajustadas. **b) Imposto de renda e contribuição social:** A cada exercício, a Administração calcula a estimativa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a legislação fiscal vigente na jurisdição de cada sociedade incluída nas demonstrações financeiras. A Sociedade revisa o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos nas datas dos balanços e reduz esse valor quando não for mais provável que haverá lucro tributável suficiente disponível para permitir que todo ou parte do ativo seja recuperado. **c) Provisão para desvalorização dos estoques:** A provisão para desvalorização dos saldos dos estoques resulta basicamente dos itens com giro lento e das perdas (quebras). O Grupo estimou o valor da provisão com base na idade dos itens em estoque, categoria do produto, expectativa de redução do preço de venda e estimativa de perdas. **d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas. **e) Provisão para disputas trabalhistas, civis e tributárias:** A provisão para disputas trabalhistas, civis e tributárias é calculada com base na análise individual de contingências e possíveis contingências ainda não reclamadas. Com base na opinião dos assessores jurídicos, é avaliada a probabilidade de perda e são estimados os valores prováveis de pagamento dessas contingências. **6. Aquisição de Empresas:** O ágio ocorre do valor pago pela aquisição e inclui os valores referentes aos benefícios que se esperam obter com as sinergias geradas, o crescimento da receita e o futuro desenvolvimento do mercado. Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque eles não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. **a) Frango Assado:** Em 23 de setembro de 2008, a Sociedade adquiriu, através de sua controlada Yami Alimentos Ltda., 100% das ações das entidades do antigo Grupo Frango Assado pelo valor total de R\$183.187, que foi pago à vista na data da aquisição. O valor justo dos ativos líquidos adquirido foi calculado com base no balanço patrimonial em 31 de agosto de 2008 e é representado como segue:

Valor	208.187
Valor contábil do ativo líquido	(7.810)
Alocação do valor justo:	
Marcas registradas	9.275
Provisão para disputas trabalhistas, civis e tributárias	(1.882)
Outros passivos não circulantes	(63)
Efeito dos impostos diferidos sobre ajustes do valor justo	(2.514)
Valor justo dos ativos líquidos negativos	(23.000)
Preço total de compra (inclui o montante de R\$4.687 referente aos custos diretamente relacionados à aquisição do Frango Assado)	183.187
Valor justo de controlada adquirida	23.000
Direito sobre pontos comerciais	208.187

 O fluxo de caixa líquido na aquisição de controladas é demonstrado a seguir:

Valor	183.187
Caixa e equivalentes de caixa da entidade adquirida	(2.574)
Fluxo de caixa líquido	180.613

 O valor justo dos recebíveis adquiridos (igual ao valor bruto a receber) nessa operação é de R\$5.103 e está previsto o recebimento do valor total na data de aquisição. Com base na projeção de lucro tributável futuro e de acordo com a atual legislação fiscal, apenas parte do ágio decorrente dessa aquisição (R\$183.187 do ágio total de R\$206.187) será considerada dedutível para efeitos fiscais durante o período de dez anos. A receita e o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, atribuíveis ao negócio adicional gerado pelo Grupo Frango Assado, são de R\$235.878 e R\$17.735, respectivamente. Caso essa aquisição de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita e o lucro do exercício teriam sido de R\$216.011 e R\$5.964, respectivamente. Essa operação não possui nenhum pagamento contingente. **b) Novos pontos comerciais em rodovias:** Em 29 de julho de 2009, a Sociedade, através da sua controlada Comercial Frango Assado Ltda., adquiriu 100% das ações da Auto Posto Nova Taubaté Ltda., proprietária de um ponto comercial para operar negócios de lancheonete e posto de combustível em rodovia. O ponto comercial foi adquirido pelo valor de R\$3.500. Adicionalmente, durante o ano 2010, a Sociedade concluiu as aquisições de negócios a seguir para expandir de pontos comerciais em rodovias: • Em 1º de maio de 2010, o Grupo adquiriu as sociedades: Pedro 66 Posto e Serviços Ltda. e Pedro 66 Lancheonete Ltda., detentoras de um ponto comercial para operar negócios de posto de combustível e lancheonete, respectivamente. A transação foi realizada pelo valor de R\$2.500. • Em 1º de agosto de 2010, o Grupo adquiriu a entidade Restaurante Andaluza Ltda. pelo valor total de R\$7.800, que foi pago na data da aquisição. • Em 10 de agosto de 2010, o Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda. foi adquirido pelo valor de R\$3.500. • Em 1º de setembro de 2010, o Grupo adquiriu o Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda. pelo valor de R\$1.700. A alocação do valor justo nas aquisições mencionadas anteriormente é demonstrada a seguir:

Pedro 66 Posto e Serviços Ltda.	Restaurante Arco Íris de Lorena Ltda.	Restaurante Arco Íris de Aparecida Ltda.	Total
3.069	7.799	5.367	17.235
1	(1.867)	(28)	(2.463)
3.068	5.932	5.339	14.339

 Direitos sobre pontos comerciais - vide nota explicativa nº 14 Valor justo de ativos líquidos adquiridos (569) 1 (1.867) (28) (2.463) Preço total de compra - remuneração e valor pago em dinheiro 2.500 7.800 3.500 17.800 O valor justo dos recebíveis adquiridos (igual ao valor bruto a receber) nessa operação é de R\$5.232 e na data de aquisição, está previsto o recebimento do valor total na data de aquisição. Essas aquisições referem-se basicamente a entidades com pontos comerciais a serem explorados. O objetivo do negócio do Grupo é operar em locais com novos restaurantes, postos de combustíveis e estações de serviços. Parte do pagamento considerou um prêmio pago aos proprietários dessas entidades para obter os direitos sobre os pontos comerciais. Todos os valores relativos ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram mensurados como valores provisórios. Essa operação não possui nenhum pagamento contingente. **7. Informações por Segmento de Negócio:** As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais do Grupo para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento são focadas mais especificamente na categoria de cliente para cada tipo de mercadoria e serviço. As principais categorias de clientes para essas mercadorias e serviços são restaurantes em shopping centers, aeroportos e rodovias. Cada um desses segmentos operacionais é administrado separadamente, considerando-se que cada uma dessas linhas de produto exige recursos diferentes, incluindo abordagens de marketing. Refeições e seus serviços correlatos são considerados o principal produto da Sociedade. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma medida do lucro operacional. Portanto, os segmentos de reporte do Grupo de acordo com o IFRS 8 são os seguintes: • **Shopping centers:** refeições rápidas em cadeias de restaurantes e cafeterias. • **Aeroportos:** fornecimento de refeições em restaurantes, cafeterias e para companhias aéreas (catering) e outros serviços correlatos. • **Rodovias:** praças de alimentação em postos de serviços e cadeias de restaurantes localizadas em rodovias do Estado de São Paulo - Brasil, além de vendas de combustíveis a veículos. • **Outros:** setor de negócios que engloba restaurantes que oferecem serviço de mesa e projetados para atrair uma ampla base de clientes, com preços moderados e ambiente confortável.

Shopping centers	Aeroportos	Rodovias	Outros	Total
203.905	248.059	251.166	46.581	749.711
19.101	61.330	30.472	(7.583)	103.320
(7.578)	(29.052)	(2.833)	(4.658)	(44.121)
(13.824)	(9.291)	(13.594)	55	(36.654)
(9.943)	(4.272)	(457)	-	(14.672)
193.869	65.791	219.628	11.404	490.692
10.952	13.394	44.094	(17.469)	50.971
(9.066)	(4.553)	(1.431)	(3.918)	(18.968)
(16.274)	(5.396)	(13.908)	(51)	(36.089)
(7.767)	(1.927)	(4.979)	551	(14.122)
182.232	-	73.018	-	255.250
6.104	-	20.133	(636)	25.501
(2.234)	-	-	-	(2.234)
(6.665)	-	(5.040)	-	(11.705)
(9.722)	-	(6.232)	718	(15.236)

Em 2010 o Grupo avaliou a vida útil econômica do seu imobilizado e concluiu que não há diferenças significativas em relação às alíquotas utilizadas. A vida útil média dos ativos é a seguinte:

Categoria	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Edificações	25	25	25
Máquinas, equipamentos e instalações	9	9	9
Móveis e utensílios	8	8	8
Benefetórias e instalações em imóveis de terceiros	9	9	9
Computadores, veículos e outros	7	7	7

 Os encargos de depreciação são alocados da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Alocado ao custo de vendas e serviços	17.536	9.677	1.406
Alocado a despesas operacionais e administrativas	5.702	2.822	457
Total	23.238	11.499	1.863

Em 2010 o Grupo avaliou a vida útil econômica do seu imobilizado e concluiu que não há diferenças significativas em relação às alíquotas utilizadas. A vida útil média dos ativos é a seguinte:

Categoria	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Edificações	25	25	25
Máquinas, equipamentos e instalações	9	9	9
Móveis e utensílios	8	8	8
Benefetórias e instalações em imóveis de terceiros	9	9	9
Computadores, veículos e outros	7	7	7

 Os encargos de depreciação são alocados da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Alocado ao custo de vendas e serviços	17.536	9.677	1.406
Alocado a despesas operacionais e administrativas	5.702	2.822	457
Total	23.238	11.499	1.863

reconciliação do resultado operacional, ajustado pelo lucro antes dos impostos e operações descontinuadas, é como segue:

Reconciliação do lucro líquido:	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Resultado operacional dos segmentos de reporte	110.903	68.440	26.237
Resultado operacional dos outros segmentos	(7.583)	(12.404)	(636)
Total	103.320	50.971	25.601
Depreciação e amortização	(44.121)	(18.968)	(2.234)
Resultado financeiro	(36.654)	(36.090)	(13.705)
Imposto de renda e contribuição social	(14.672)	(14.122)	(15.236)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.873	(18.209)	(5.574)

 A Sociedade não tem venda entre os segmentos. O total dos ativos da Sociedade demonstrado por segmento de negócio é como segue:

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Shopping centers	269.220	251.639	290.296
Aeroportos	390.990	385.905	-
Rodovias (iii)	353.963	291.890	234.089
Outros	111.335	37.876	-
Total	1.115.508	967.400	524.385

reconciliação do resultado operacional, ajustado pelo lucro antes dos impostos e operações descontinuadas, é como segue:

Reconciliação do lucro líquido:	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Resultado operacional dos segmentos de reporte	110.903	68.440	26.237
Resultado operacional dos outros segmentos	(7.583)	(12.404)	(636)
Total	103.320	50.971	25.601
Depreciação e amortização	(44.121)	(18.968)	(2.234)
Resultado financeiro	(36.654)	(36.090)	(13.705)
Imposto de renda e contribuição social	(14.672)	(14.122)	(15.236)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.873	(18.209)	(5.574)

 A Sociedade não tem venda entre os segmentos. O total dos ativos da Sociedade demonstrado por segmento de negócio é como segue:

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Shopping centers	269.220	251.639	290.296
Aeroportos	390.990	385.905	-
Rodovias (iii)	353.963	291.890	234.089
Outros	111.335	37.876	-
Total	1.115.508	967.400	524.385

reconciliação do resultado operacional, ajustado pelo lucro antes dos impostos e operações descontinuadas, é como segue:

Reconciliação do lucro líquido:	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Resultado operacional dos segmentos de reporte	110.903	68.440	26.237
Resultado operacional dos outros segmentos	(7.583)	(12.404)	(636)
Total	103.320	50.971	25.601
Depreciação e amortização	(44.121)	(18.968)	(2.234)
Resultado financeiro	(36.654)	(36.090)	(13.705)
Imposto de renda e contribuição social	(14.672)	(14.122)	(15.236)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.873	(18.209)	(5.574)

 A Sociedade não tem venda entre os segmentos. O total dos ativos da Sociedade demonstrado por segmento de negócio é como segue:

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Shopping centers	269.220	251.639	290.296
Aeroportos	390.990	385.905	-
Rodovias (iii)	353.963	291.890	234.089
Outros	111.335	37.876	-
Total	1.115.508	967.400	524.385

7.1. Divulgações no âmbito da Sociedade: • **Informações geográficas:** O Grupo opera nas seguintes áreas principais: Brasil, Caribe (Porto Rico e República Dominicana) e México. A Sociedade está estabelecendo negócios no Aeroporto em Panamá. As informações por segmento das vendas do Grupo por mercado geográfico com base na localização de seus clientes, independentemente da origem dos bens/serviços, são as seguintes:

	2010	2009	2008
Brasil	590.336	454.401	255.250
Caribe	96.196	29.980	-
México	63.679	15.311	-
Total	749.711	490.692	255.250

 Receita líquida:

	2010	2009	2008
Brasil	590.336	454.401	255.250
Caribe	96.196	29.980	-
México	63.679	15.311	-
Total	749.711	490.692	255.250

7.2. Informações sobre os principais clientes: O Grupo não tem clientes ou conjunto de clientes sob controle comum que represente por mais do que 10% de sua receita. **8. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Caixa	-	5.261	2.888
Bancos conta movimento	3	84	7.237
Aplicações financeiras	16.215	-	127.011
Total	16.218	84	139.971

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Expressas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias e compromissos: (a) Empréstimo obtido do Banco Itaú S.A. (anteriormente Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.) pelo Grupo em 2008, em duas parcelas, no valor de R\$185.000, mediante emissão de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, com vencimento final em janeiro de 2015 e encargos financeiros indexados à variação do CDI mais *spread* de 1,4% ao ano, garantido por meio de penhor de 100% da participação da Sociedade em certas controladas e de penhor dos direitos de crédito decorrentes de vendas efetuadas pelas controladas da Sociedade usando cartões de crédito. Se o fluxo dos direitos de crédito tornar-se insuficiente, o Grupo terá de constituir garantia adicional. O contrato possui certas cláusulas calculadas com base em demonstrações financeiras combinadas das antigas entidades da RA Catering e das operações da Viena, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas cláusulas basicamente consistem nos quocientes calculados entre a dívida líquida e o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, bem como nos índices de cobertura de serviço da dívida, de 2010 até a liquidação total do empréstimo. Para 2009, o Grupo ficou dispensado de ativar qualquer índice definido no contrato original. (b) Empréstimos obtidos pelo Grupo do Banco Bradesco S.A. no valor de R\$120.000, mediante emissão de CCB e encargos financeiros indexados à variação do CDI mais *spread* de 2,25% ao ano, garantidos por meio de penhor de 100% da participação da Sociedade em certas controladas e de penhor de direitos de crédito decorrentes de vendas efetuadas pelas controladas da Sociedade usando cartões de crédito. Além disso, as Entidades assumiram o compromisso de não distribuir dividendos acima do valor mínimo obrigatório estipulado pela legislação local e de manter, de acordo com as demonstrações financeiras combinadas das antigas entidades das operações do Frango Assado, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, certas cláusulas contratuais calculadas com base nos quocientes entre a dívida líquida e o LAJIDA, bem como índices de cobertura de serviço da dívida, a partir de 2009 até a total liquidação do empréstimo em questão. O Grupo cumpriu essas cláusulas. (c) Empréstimo a prazo do Firstbank no valor de US\$51 milhões, amortizável em 24 prestações trimestrais a partir de abril de 2011. O empréstimo a prazo também é garantido pelos ativos e por 100% das cotas emitidas pela IMC Puerto Rico, bem como pelas receitas de aluguel de contratos de cessão de franquia. O contrato de empréstimo também exige que a IMC Puerto Rico cumpra determinadas cláusulas restritivas afirmativas e negativas de forma consolidada e limita a distribuição de dividendos a 50% do lucro líquido do exercício. Os índices financeiros estabelecidos no contrato de empréstimo serão avaliados trimestralmente pela instituição financeira a partir de 31 de março de 2009. O Grupo cumpriu essas cláusulas. (d) Linha de crédito rotativo do Firstbank de três anos de US\$14 milhões concedida por uma instituição financeira à IMC Porto Rico, sujeita a juros a uma taxa anual igual à LIBOR de 90 dias mais um "spread", que varia com base em um quociente predefinido. Essa linha de crédito é garantida pela maior parte dos ativos e por 100% das ações ordinárias emitidas e em circulação das controladas de Porto Rico, bem como pelas suas receitas de aluguel de atividades de arrendamentos e contratos de cessão de franquia. (e) Empréstimo obtido do IXE Grupo Financiero, S.A. em 2008 pela Investimentos em Restaurantes e Carnes y Cortes, S. de R.L. de C.V. (f) Garantido por notas promissórias.

17. Provisão para Disputas Trabalhistas, Cíveis e Tributárias: O Grupo é parte envolvida em determinadas contingências tributárias, trabalhistas e cíveis para as quais recursos foram impetrados. Depósitos judiciais foram realizados quando exigido pelas autoridades.

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Trabalhistas e previdenciárias (a)	15.280	22.592	34.162
Tributárias (b)	9.422	17.017	2.183
Cíveis (b)	553	572	–
Total	<u>25.255</u>	<u>40.181</u>	<u>36.345</u>

(a) O Grupo é parte envolvida em diversas ações trabalhistas decorrentes principalmente de rescisão de contratos de trabalho no curso normal de seus negócios. A Administração registrou provisões para essas ações com base nas opiniões dos assessores jurídicos da Sociedade, que avaliaram o risco de perdas como provável. (b) O Grupo é parte envolvida em ações e vários outros processos cíveis, tais como alegações de desequilíbrio econômico ou ações ajuizadas por produtores, relacionadas a descosntos de qualidade. A Administração registrou provisões para essas ações com base nas opiniões dos assessores jurídicos da Sociedade, que avaliaram o risco de perdas como provável. O Grupo também é parte em outras ações que envolvem risco potencial de perdas: tributárias - R\$1.775, trabalhistas - R\$ 3.607 e cíveis - R\$1.137. Com base na análise individual das correspondentes contingências e na opinião dos assessores jurídicos do Grupo, a Administração entende ser possível o risco de perda nessas contingências e, portanto, não foi constituída nenhuma provisão. A movimentação da provisão no exercício é a seguinte:

	Trabalhistas e previdenciárias				Tributárias				Cíveis				Total			
31 de dezembro de 2007	1.533				583				–				2.116			
Adições	33.377				1.882				–				35.259			
Reversões	(748)				(282)				–				(1.030)			
31 de dezembro de 2008	34.162				2.183				–				36.345			
Adições	8.675				14.834				572				24.081			
Reversões	(19.812)				–				–				(19.812)			
Utilizações	(433)				–				–				(433)			
31 de dezembro de 2009	22.592				17.017				572				40.181			
Adições	6.869				2.015				463				9.347			
Reversões	(14.181)				(9.610)				(482)				(24.273)			
31 de dezembro de 2010	15.280				9.422				553				25.255			

As principais alterações debitadas como despesas operacionais e administrativas na demonstração do resultado, referem-se a:
• Contingências relacionadas a ações contabilizadas pelas sociedades adquiridas em 2008, mencionadas na nota explicativa nº 6.
• Reversões das contingências relacionadas a demandas e riscos prescritos.
18. Receita Diferida: Refere-se a bônus e abatimentos recebidos de fornecedores por preferência e exclusividade na utilização de seus serviços e/ou revenda de seus produtos. Esses bônus e abatimentos são reconhecidos em outras receitas nas demonstrações do resultado abrangente quando o serviço é prestado, e de acordo com o vencimento dos contratos celebrados entre o Grupo e seus fornecedores.
19. Imposto de Renda e Contribuição Social: (a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Créditos de imposto de renda e contribuição social diferido decorrem dos prejuízos fiscais, da base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias reconhecidos. Esses créditos serão registrados no ativo não circulante e no passivo não circulante, com base na estimativa de rentabilidade futura, de acordo com a legislação vigente na jurisdição de cada subsidiária.

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Ativo:			
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	15.911	4.981	–
Diferenças temporárias:			
Provisão para contas a pagar	632	4.766	1.910
Outros	73	709	–
	<u>16.616</u>	<u>10.456</u>	<u>1.910</u>

Passivo - Diferenças temporárias:			
Passivos de imposto de renda diferido sobre amortização de ágio para fins de tributação local	(33.572)	(15.783)	–
Marcas registradas alocadas de aquisição de negócios	(40.997)	(44.841)	(21.151)
Outros	(299)	(531)	–
	<u>(74.868)</u>	<u>(61.155)</u>	<u>(21.151)</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo possui saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de R\$160.048, para os quais registrou um ativo fiscal diferido até o montante compensável com lucros tributáveis futuros. Os saldos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social estão distribuídos pelas controladas da seguinte forma:

2010		
Brasil	138.146	–
Caribe	2.830	–
México	19.072	–
	<u>160.048</u>	<u>–</u>

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade reavaliou sua base de reconhecimento de ativos de impostos de renda diferidos. Baseada nessa análise, que consistia na projeção da realização de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social pelos próximos cinco anos, a Administração decidiu reconhecer em 2010 o valor de R\$9.472 referente a uma parte dos ativos de impostos de renda diferido. Para as controladas brasileiras, a legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social em cada ano a 30% da receita tributável. Em Porto Rico, geralmente os prejuízos fiscais operacionais líquidos podem ser compensados com lucros tributáveis futuros em até sete anos. Para os prejuízos fiscais incorridos em anos fiscais iniciados após 31 de dezembro de 2004 e antes de 31 de dezembro de 2012, o período de utilização será de dez anos para os impostos usuais. Os prejuízos fiscais disponíveis para a operação de Porto Rico podem ser usados para compensar as receitas apenas de operações totalmente tributáveis (ao contrário de receitas sujeitas a taxas de imposto especial de rendimentos provenientes de leis de incentivos fiscais). Além disso, para fins de imposto mínimo alternativo, como regra geral, a empresa pode utilizar como dedução os prejuízos fiscais em um ano determinado de até 90% da receita mínima alternativa aplicávelapurada sem considerar as referidas deduções. No México, os prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros nos dez anos seguintes a partir do ano em que o prejuízo foi gerado, caso contrário tais prejuízos prescreverão.

(b) Conciliação entre imposto de renda e da contribuição social nominais e efetivos

	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.545	(4.087)	9.662
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(7.665)	1.390	(3.285)
Ajustes efetuados:			
Diferenças permanentes	(178)	(1.386)	(4.610)
Efeito sobre diferenças de taxas vigentes de controladas em outros países	389	99	–
Reconhecimento de créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores (vide item a) anterior)	9.472	–	–
Créditos de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos	(16.690)	(14.225)	(7.569)
Outros	–	–	228
Imposto de renda e contribuição social	<u>(14.672)</u>	<u>(14.122)</u>	<u>(15.236)</u>

No Brasil, a declaração de imposto de renda está sujeita a exame pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do final do exercício em que é entregue, o que resulta em seis anos, uma vez que as declarações são entregues até o mês de junho do ano-calendário seguinte ao ano-base. Em decorrência dessas inspeções, podem ser imputados impostos adicionais e penalidades, que seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente. Em Porto Rico, as declarações de imposto de renda são geralmente sujeitas a exame pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (seis anos, caso certas condições sejam satisfetas) a partir da data do envio das declarações (15^o dia do 4^o mês após o fim do ano fiscal, com acréscimo de eventuais prorrogações), a fim de revisar o exercício analisado (qualquer ano fiscal pode ser examinado a fim de reduzir os prejuízos fiscais que são transportados para um ano que não foi revisado). Em decorrência dessas inspeções, podem ser imputados impostos adicionais e penalidades, que seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente. No México, as declarações de imposto de renda são sujeitas a exame pelas autoridades fiscais para um período de cinco anos a partir da data da declaração a qual é arquivada em março do ano subsequente.

20. Capital Social: A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado de 79.173.502 ações ordinárias, sem valor nominal. A reconciliação das ações no início e no final dos exercícios é como segue:

	2010		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Posição acionária no início do exercício	–	–	45.893.368
Novas ações emitidas	–	–	13.850.922
Posição acionária no final do exercício	–	–	<u>59.744.290</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Sociedade é composto por 59.744.290 ações, que representam um montante de R\$434.922 (R\$337.688 em 31 de dezembro de 2009). As movimentações ocorreram:
• Em setembro e outubro de 2009, o Grupo procedeu a uma reestruturação societária que consistiu na consolidação das entidades do Grupo em uma holding, a Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
• Na Reunião do Conselho realizada em 10 de junho de 2010, foi aprovado um aporte de capital no valor total de R\$183.389. As novas ações ordinárias foram totalmente subscritas pela Dining Investments LLC.
Destinação do lucro líquido: Do lucro líquido apurado, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, depois da dedução dos custos legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus acionistas, por deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, que poderão ser deduzidos do dividendo mínimo obrigatório.
Reserva de capital: Refere-se ao ágio na subscrição de ações nas contribuições de capital.
Ajustes acumulados de conversão: Referem-se à conversão dos resultados em moeda estrangeira calculados sobre o patrimônio líquido das controladas estrangeiras.

21. Receitas: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada nas demonstrações do resultado abrangente:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Receita bruta	813.828	533.744	276.738
(-) Impostos sobre vendas	(64.117)	(43.052)	(20.990)
(-) Devoluções e abatimentos	–	–	(498)
Receita líquida total	<u>749.711</u>	<u>490.692</u>	<u>255.250</u>

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Refeições, combustíveis e outros produtos	(298.668)	(208.530)	(104.872)
Mão de obra	(162.613)	(115.052)	(57.860)
Depreciação e amortização	(17.570)	(14.383)	(7.232)
Outros	(32.755)	(21.571)	(10.850)
Total de custo de vendas e serviços	<u>(511.606)</u>	<u>(359.536)</u>	<u>(180.814)</u>

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **International Meal Company Holdings S.A. e Controladas** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da International Meal Company Holdings S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Opinião sobre as Demonstrações Financeiras Individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

23. Despesas Operacionais e Administrativas:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Despesas com folha de pagamento	(27.616)	(23.952)	(11.242)
Despesas gerais e administrativas	(41.491)	(22.504)	(2.373)
Despesas de aluguel	(55.085)	(33.693)	(12.812)
Depreciação e amortização	(26.564)	(8.694)	(1.732)
Serviços públicos	(10.046)	–	(1.112)
Despesas corporativas	(2.422)	–	(8.722)
Despesas pré-operacionais	(8.575)	–	(9.929)
Comissões de cartões de crédito	(9.128)	(4.890)	–
Outras receitas e despesas	(4.134)	–	(4.205)
	<u>(185.061)</u>	<u>(93.733)</u>	<u>(52.127)</u>

24. Outras Receitas e Despesas:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Outras despesas:			
Perdas por redução do valor recuperável	(2.406)	–	–
Outras despesas	(886)	(1.220)	(1.538)
Total	<u>(3.292)</u>	<u>(1.220)</u>	<u>(1.538)</u>

Outras receitas:			
Receita de contratos de exclusividade	7.360	3.916	3.794
Outras receitas	11.472	1.785	1.857
Total	<u>18.832</u>	<u>5.701</u>	<u>5.651</u>

25. Resultado Financeiro:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	31/12/08
Receitas financeiras:			
Receita de aplicações financeiras	5.598	2.411	6.791
Outros	361	1.276	180
	<u>5.959</u>	<u>3.687</u>	<u>6.971</u>

Despesas financeiras:			
Juros sobre financiamento	(40.653)	(32.010)	(8.200)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.960)	(7.766)	(12.374)
Outros	–	–	(102)
	<u>(42.613)</u>	<u>(39.776)</u>	<u>(20.676)</u>

26. Remuneração da Administração: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a remuneração do pessoal-chave da Administração (Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretores brasileiros e Presidentes nacionais) foi de R\$12.525 (R\$8.059 em 2009 e R\$5.296 em 2008). Esse valor foi registrado na rubrica "Despesas operacionais e administrativas" e inclui somente os benefícios de curto prazo. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria ou outros benefícios de longo prazo.

27. Partes Relacionadas: Os saldos e as operações entre a Sociedade e as suas controladas, que são partes relacionadas da Sociedade, foram eliminados na consolidação, não sendo divulgados nesta nota explicativa. As sociedades controladas realizam as seguintes operações entre si, as quais também foram integralmente eliminadas no processo de consolidação:

• Despesas administrativas comuns que são rateadas entre as sociedades controladas, sem incidência de juros nem data de vencimento, conforme segue:

	2010	2009	2008
Rede Frango Assado	6.747	6.662	–
Rede Viena	10.673	9.080	3.824
RA Catering	1.670	2.085	1.933
Total	<u>19.090</u>	<u>17.827</u>	<u>5.757</u>

A controlada Comercial Frango Assado Ltda. (rodovia), possui contratos de arrendamento operacional de uma parte dos imóveis usados para suas operações.

	Taxa de juros média efetiva ponderada - %	Menos de 1 ano	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010:							
Fornecedores	–	43.152	4.991	649	–	–	48.792
Empréstimos e financiamentos	10	21.633	9.947	75.660	383.847	10.964	502.051

O Grupo amortizou empréstimos e contratos de dívida em dólares norte-americanos e reais, indexados à Libor (taxa de longo prazo) e ao CDI (taxa de depósito interbancário), respectivamente, e impostos a recolher, com juros baseados na Selic e na T.J.P. Há um risco inerente nesses passivos decorrente da flutuação normal nesse mercado. A Sociedade e suas subsidiárias não possuem nenhum contrato de derivativo e não mitigam esse risco, já que, na opinião da Administração da Sociedade, não há nenhum risco significativo quanto às taxas de juros indexadas ao CDI. Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os empréstimos contratados pela Sociedade e suas controladas em moeda nacional, a Sociedade utiliza para um cenário "Provável" a taxa de mercado obtida em bolsa de valores internacional em 31 de dezembro de 2010 e considera um acréscimo dessa taxa de 25% e 50% nos Cenários I e II, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI (a.a.)	10%	12,5%	15%
Encargos estimados	29.400	36.750	44.100

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros, a Sociedade utiliza a taxa de mercado obtida em bolsa de valores internacional em 31 de dezembro de 2010, e nos Cenários I e II considera um aumento (redução) nessa taxa de 5% e 10%, respectivamente. Os resultados são apresentados a seguir:

	Provável	Cenário I	Cenário II
Libor (a.a.)	2%	2,5%	3%
Encargos estimados	2.040	2.550	3.060

29. Arrendamento Operacional - Lojas: O Grupo possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros e partes relacionadas (vide nota explicativa nº 27). Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 20 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional de 10 anos. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal, acrescida de um percentual negociado sobre as vendas mensais realizadas pelas lojas. Em 31 de dezembro de 2010, as despesas de aluguéis totalizam R\$55.085 (R\$33.693 em 2009 e R\$12.812 em 2008).

30. Compromissos, Obrigações e Direitos Contratuais: Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais concedidos ou recebidos não registrados no balanço são os seguintes:

	2010	2009	2008
Tipo			
Garantias	5.851		